

# PIOR QUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO TEMER, SÓ MESMO A DO BOLSONARO...

Até o momento, o governo Bolsonaro ainda não apresentou o projeto de "reforma da previdência" na Câmara dos Deputados. Dizem que enviará a proposta em meados de Fevereiro para tentar a aprovação dessa reforma, contudo alguns balões de ensaio já circulam na imprensa. Todos eles são um duro ataque aos direitos dos trabalhadores.

É hora de preparar a Assembléia da Classe Trabalhadora para o dia 20 de fevereiro tendo claro que será necessária uma Greve Geral para barrar a ofensiva de Bolsonaro contra a previdência pública.

## IDADE MÍNIMA

O governo não esconde sua vontade de aumentar a idade mínima. São várias as propostas que circulam. Uma prevê 65 anos tanto para homens como mulheres se aposentarem. Outra fixa 65 anos para homens e 63 anos para mulheres. Desse jeito, é trabalhar até morrer ou morrer trabalhando.

## TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A proposta do governo aumentaria também o

tempo mínimo de contribuição, passando a 40 anos para homens e mulheres.

## CAPITALIZAÇÃO INDIVIDUAL

O governo quer acabar com o atual sistema de previdência baseado no sistema de repartição simples, ou seja, a contribuição solidária entre gerações, onde os atuais aposentados são sustentados pelos trabalhadores que estão na ativa. Cada um teria uma conta pessoal, com contribuição apenas dos trabalhadores e sem contrapartida da patronal. Caso ocorra qualquer

problema com o fundo em que você aplicou, o problema é seu. Isso vai colocar o seu futuro nas mãos dos banqueiros. No Chile isso não deu certo.

## CARTEIRA VERDE-AMARELA

Não está dentro da Reforma da Previdência, mas mostra até onde o governo quer chegar. Na hora de procurar um emprego, o patrão poderia contratar com a carteira verde amarela, onde os trabalhadores abririam mão dos direitos garantidos na CLT, ficando sem piso salarial, sem 13º salário e sem FGTS. É muita crueldade!

# MOBILIZA



# 2019 PROMETE LUTA!

Difíceis são os tempos pelos quais o Brasil passa na atual conjuntura, nos quais o Estado de Exceção coloca-se como paradigma de governo. Estruturas públicas são ameaçadas, ordenamento jurídico sob custódia de grupos que simplesmente desconsideram o Estado de Direito em razão de argumentos políticos, no mínimo, questionáveis, perda de direitos históricos, conquistados através da organização da classe trabalhadora.

Em ordem e plano geral da nação, importantes instituições sofrem ataques diários, em estratégias midiáticas e de mercantilização de valores fundamentais para a construção de uma sociedade justa e sem distorções sociais. Tudo sustentado em verdades absolutas, construídas, em sua nova versão, que são as ditas "fake news".

O Estado de Santa Catarina não está fora desse contexto desolador. Especificamente na educação pública, os ataques passam pela imposta Reforma do Ensino Médio (já aprovada), travestida em um chamado itinerário formativo que busca a consolidação da mão de obra barata e o fechamento de inúmeros postos de trabalho, uma vez que as disciplinas que não são consideradas de responsabilidade do Poder Público (português e matemática) deverão ser ministradas por instituições da iniciativa privada; ou seja, é a entrega da educação pública para o capital. Não para por aí. A famigerada "Lei da Mordaça" ameaça a liberdade de cátedra e põe em risco o direito do professor em exercer sua função formativa educacional em sala de aula, o que vem sendo prontamente combatido pelo SINTE/SC e pela CNTE.



Ainda no campo da educação pública, outros ataques vêm sendo arquitetados e estão prontos para serem executados, como é o caso da Educação Domiciliar (Home Schooling), retirando da escola sua função primordial e vertente de educar de maneira que as novas gerações intervenham de maneira crítica nas transformações da sociedade brasileira e mundial.

Em resumo amplo e irrestrito, o que está em jogo é a sobrevivência de uma categoria de extrema importância na base social deste País. Até mesmo o Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN) sofre ameaças de não continuidade e índices anuais de reajuste desconsiderado.

A educação e o trabalho, assim como outros direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988, formam a base de qualquer projeto de Nação soberana, próspera, igualitária e fraterna. Porém, muitas das medidas anunciadas pelo novo governo (federal e estadual) se mostram anacrônicas ao remontarem privilégios históricos de setores abastados, a exemplo da extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, com claro propósito de avançar na desregulamentação dos direitos trabalhistas em benefício dos patrões, podendo a situação ficar ainda mais caótica caso se confirme a intenção governamental de propor o fim da Justiça do Trabalho.

O SINTE/SC não se furta a sua já conhecida luta em defesa do Magistério da classe trabalhadora e unirá forças com todos os segmentos organizados da sociedade civil para combater esses e outros males apresentados pelos governos, destacando a desumana Reforma da Previdência.



## AS 10 MENTIRAS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

<p><b>#MENTIRA 1</b> A REFORMA ATINGIRÁ SOMENTE SERVIDORES MARAJAS</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Os maiores prejudicados serão os trabalhadores da iniciativa privada. O Governo esconde que a maior parte da economia pretendida de R\$ 476 bilhões virá das alterações do regime geral.</p>	<p><b>#MENTIRA 2</b> A REFORMA NÃO ATINGIRÁ DIREITOS DOS TRABALHADORES</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Haverá endurecimento dos requisitos para aposentadoria, redução do seu valor e diminuição dos benefícios. Para o trabalhador se aposentar recebendo 100% do salário de benefício, terá que contribuir por 40 anos. Quem se aposentar com tempo mínimo de contribuição (15 anos) receberá só 60% do salário de benefício.</p>	<p><b>#MENTIRA 3</b> A REFORMA IGUAL A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS À DOS DE MAIS TRABALHADORES</p> <p><b>NA VERDADE...</b> A equiparação já foi realizado há anos. Ninguém que entrou no serviço público federal após 2013 terá aposentadoria acima do teto do INSS sem contribuir para planos de Previdência completar.</p>	<p><b>#MENTIRA 4</b> SEM A REFORMA O PAÍS VAI QUEBRAR</p> <p><b>NA VERDADE...</b> O Ministério da Fazenda revelou que o Regime Geral de Previdência Social deixou de arrecadar R\$ 57,7 bilhões com isenções e renúncias fiscais no ano passado. Em 10 anos, essas renúncias superarão a economia pretendida com a reforma no mesmo período.</p>	<p><b>#MENTIRA 5</b> NÃO HÁ ALTERNATIVA À REFORMA PARA EVITAR O ROMBO NOS COFRES DA PREVIDÊNCIA</p> <p><b>NA VERDADE...</b> O governo esconde que deixa de cobrar R\$ 427,73 bilhões dos grandes devedores da Previdência e que distribui benefícios tributários para grupos econômicos privilegiados.</p>
<p><b>#MENTIRA 6</b> A REFORMA TRATA TODOS IGUALMENTE</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Optou-se por deixar completamente fora do debate a aposentadoria dos militares, de longe a mais desequilibrada. Os mais pobres, por terem expectativa de vida menor, serão mais prejudicados que os demais com o aumento do tempo de contribuição.</p>	<p><b>#MENTIRA 7</b> SERVIDORES PÚBLICOS SE APOSENTAM CEDO</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Desde 1998, servidores têm que ter idade mínima para se aposentar (60 anos para homens e 55 par mulheres). Apesar de ser 5 anos menor que a exigida no regime geral, o tempo de contribuição dos servidores é muito maior: 35 anos (homens) e 30 (mulheres). No regime geral a contribuição é de 15 anos.</p>	<p><b>#MENTIRA 8</b> OS SERVIDORES PÚBLICOS CONTRIBUEM POUCO</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Todos os servidores públicos que ingressaram antes de 2013 contribuíam com 11% do total de sua remuneração e continuam contribuindo depois da aposentadoria. A contribuição máxima do setor privado é de R\$ 608,44, independentemente do valor do salário.</p>	<p><b>#MENTIRA 9</b> HAVERÁ REGRAS DE TRANSIÇÃO</p> <p><b>NA VERDADE...</b> No serviço público, aqueles que trabalham por anos e que já estão perto de se aposentar sofrerão imediatamente as consequências da reforma, não havendo tempo para realizarem novo planejamento de suas vidas.</p>	<p><b>#MENTIRA 10</b> SEM REFORMA NÃO HAVERÁ DINHEIRO PARA A SAÚDE OU EDUCAÇÃO</p> <p><b>NA VERDADE...</b> Por meio da MP 795/17, o governo abriu mão até 2040, de R\$ 980 bilhões em favor das petrolíferas, valor maior que o dobro dos R\$ 476 bilhões que o governo pretende economizar com a reforma da Previdência.</p>



# SINTE

## Santa Catarina

**CNTE** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
www.cnte.org.br

Filiada à **CUT**





# Para um governo que diz **NÃO!** a resposta é **MOBILIZAÇÃO**

## DIRETORIA DO SINTE BUSCA NEGOCIAÇÃO COM GOVERNO DO ESTADO



O SINTE/SC após as eleições já vinha buscando audiência com o Governo eleito. Apesar de se dizer um Governo novo, está carregado da prática das velhas políticas, trabalhando com o que chamamos de enrolação ou exercício do cansaço, recebeu o sindicato só para dizer que não atenderia as pautas da categoria.

A Direção Executiva que participou da audiência com o Secretário de Educação Natalino Uggioni foi enfática em cinco pontos principais da pauta: O reajuste do Piso Nacional na carreira, a retomada das negociações referente a recomposição dos percentuais da tabela salarial, a anistia das faltas, a escolha de aulas dos ACTs e a chamada de ingresso do concurso público.

Nesta primeira audiência o secretário de educação afirmou que o CONER é quem irá tratar das questões salariais. Afirmou também que a qualidade da educação Catarinense necessita melhorar, por isso, o foco será a gestão. Disse ainda que irá implantar indicadores como instrumento para melhorar esses índices, que haverá uma competição saudável e que seu compromisso é com o professor. Ressaltou que os demais trabalhadores deverão atuar para que esse resultado reflita na sala de aula.

Quando comparamos a fala do Secretário, de onde ele veio, fica nítida sua visão empresarial da educação. Ele foi superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, que integra a estrutura do sistema FIESC.

Com relação aos pontos de reivindicação o único ponto com perspectivas imediatas é o da anistia e abono das faltas de greve, que foi aprovado no PLC716/18. O Governo se comprometeu a chamar o SINTE nos próximos dias para encaminhar essa questão, que segundo eles, é prioridade.

Nos demais pontos a resposta foi negativa e permanecerá como está, por exemplo, o reajuste do Piso Nacional. O Governo promove a política do continuísmo, aplicando o índice apenas nos vencimentos que estejam abaixo do Piso que é de R\$2557,75 e também não reconhece a repercussão na carreira.

O Sindicato deixou explícito as perdas que a categoria vem acumulando durante esses anos, e que a tabela salarial está cada vez mais achatada e sem discutir uma recomposição na mesma, não irá ocorrer a valorização. A reivindicação é de que a valorização profissional seja uma política de Estado e não de Governo. No entanto, o governo não deu nenhuma resposta a respeito, assim como na questão do processo seletivo dos ACTs. No que diz respeito a nova chamada dos efetivos concursados e aprovados, o governo ainda não tem posição.

O SINTE/SC alertou o governo que a categoria já não tem mais paciência para aguentar o descaso com que o estado vem tratando os/as trabalhadores/as em educação. Portanto, a luta continua sai Governo entra Governo, e a educação somente é objeto de discurso eleitoral. Na prática nada ou quase nada se faz. A batalha já começou, nada que obtivemos veio gratuitamente por meio dos Governos. Tudo foi conquistado na rua e não será diferente. **Vamos à luta!!**



## APOSENTADAS/OS

*Essa luta também depende de você!*

As históricas lutas e o legado do SINTE/SC sempre estiveram ligados a contribuição e participação das/os nossas/os aposentadas/os, protagonistas no fortalecimento do nosso sindicato e nas importantes conquistas que obtivemos nesses 52 anos de existência e resistência.

Momentos como a criação da *ALISC - Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina em 08/05/1966; o fim da promoção automática no ensino fundamental em 1985; a conquista da aposentadoria especial (25 anos para as mulheres e 30 anos pra os homens); a lei 6.709 de 12/12/1985, que aprovou a eleição direta para diretores de escola; a construção da Proposta Curricular de Santa Catarina nos anos 90 e suas reestruturações; aprovação da LDB em 1996; a conquista da reclassificação do magistério; Plano de Carreira; Piso Salarial Profissional Nacional, através das Lei 11.738 de 16/07/2008; implantação do Piso Nacional Profissional na Carreira, que culminou com a correção das tabelas do Plano de Cargos e Salários (embora com achatamento), estendendo benefícios a educadoras/es da ativa e às/aos*

*aposentadas/os*, entre outros, deram (e ainda dão) a tônica marcante na vocação de mobilização das/os aposentadas/os.

O exemplo mais concreto da capacidade de luta foi concretizado no I Encontro Estadual das/os Aposentadas/os, realizado nos dias 08 e 09/11/2018, em Florianópolis, que contou com a participação de cerca de 500 professoras/es aposentadas/os, reafirmando a importância da continuidade presencial nas atividades do SINTE/SC em busca de melhores condições de vida para todo o Magistério Catarinense, seja ele aposentado ou não.

Agora, é fundamental que essas/es companheiras/os se integrem ao nosso calendário de lutas que se inicia ainda no mês de fevereiro de 2019, com visitas às escolas, Assembleias Regionais e Assembleia Estadual do Magistério. Portanto, **FIQUE DE OLHO NO NOSSO CALENDÁRIO DE LUTAS E AJUDE NA CONSTRUÇÃO.** Procure a sua Regional e se incorpore nas atividades.

**LEMBRE-SE: SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA É QUE NOS DÁ O RUMO DA LUTA!!!**



## CAMPANHA SALARIAL

- Aplicação do percentual de reajuste do piso salarial profissional nacional, na carreira do Magistério Público estadual, a partir de 01/2019, conforme lei 11.738/2008;
- Recuperação das perdas acumuladas dos reajustes do piso salarial desde 2011;
- Reajuste de 100% no valor do vale alimentação pago aos Trabalhadores em Educação do Estado, em busca da equiparação com os valores pagos aos Trabalhadores da UDESC;
- Anistia das faltas e retirada das mesmas da ficha funcional dos trabalhadores em educação que participaram das greves, assembleias e demais mobilizações a partir de 2012; (Cumprimento da lei complementar 716/2018)
- Carreira de acordo com as diretrizes nacionais, elaboradas pela CNTE; (Descompactação da tabela salarial)
- Chamada dos aprovados no concurso público.

## Passos da Luta

De 18/02 à 18/03 – Visitas às escolas

De 18/03 à 05/04 – Assembleias Regionais

Até 10 de abril – Assembleia Estadual

Obs: Este calendário de mobilização poderá ser alterado caso a Reforma da Previdência seja enviada ao Congresso Nacional, ou as negociações com o Governo não avancem.



Conselho Aprova Calendário De Lutas



## CALENDÁRIO NACIONAL DE LUTAS

A luta do magistério público não está desvinculada das pautas nacionais da classe trabalhadora, que vêm insistentemente sendo atacadas através de reformas que retiram direitos, precarizam o trabalho, não respeitam os direitos humanos, além de ferirem importantes cláusulas constitucionais que consolidam a democracia e a justiça social no país.

Portanto, é fundamental a nossa participação nas mobilizações e lutas contra a reforma da previdência e a construção da greve geral dos (as) trabalhadores (as).

20/02 – Assembleia Nacional dos Trabalhadores em São Paulo, e aula pública contra a reforma da previdência, em Florianópolis.

08/03 – Mobilizar, organizar e participar das atividades e atos referentes ao Dia Internacional da Mulher nas regionais.

14/03 – Participação nas Atividades que serão realizadas em protesto há um ano de impunidade aos assassinos da Vereadora Marielle Franco.

20/03 – Seminário do Fórum Estadual Popular de Educação, (FEPE).